

4- A FALTA DE RECEBIMENTO DO DOCUMENTO DE ARRECADACAO ENVIADO PELO CORREIO NAO DESOBRIGA O CONTRIBUINTE DO RECOLHIMENTO DO TRIBUTO DEVIDO, UMA VEZ QUE O DOCUMENTO DE ARRECADACAO TAMBEM PODERA SER OBTIDO DIRETAMENTE NO SITE WWW.PREFEITURA.SP.GOV.BR/IPTU OU EM QUALQUER PREFEITURA REGIONAL.

5- O CONTRIBUINTE PODERA IMPUGNAR A EXIGENCIA FISCAL NO PRAZO DE 90 DIAS CONTADOS DA DATA DE VENCIMENTO DA PRIMEIRA PRESTACAO OU DA PARCELA UNICA.

6- O PAGAMENTO DO IMPOSTO PODERA SER EFETUADO A VISTA, COM DESCONTO, OU EM ATÉ 10 PRESTACOES, IGUAIS, MENSAIS E SUCESSIVAS, RESPEITADO O LIMITE MINIMO DE R\$ 20,00 POR PRESTACAO.

7- SOBRE OS DEBITOS NAO PAGOS NOS RESPECTIVOS VENCIMENTOS INCIDIRAO MULTA DE 0,33% AO DIA, ATÉ O LIMITE DE 20%, JUROS MORATORIOS DE 1% AO MES, A PARTIR DO MES SEGUINTE AO DO VENCIMENTO, E ATUALIZACAO MONETARIA.

8- O NAO PAGAMENTO DE QUALQUER PARCELA ACARRETARA A INCLUSAO DO CONTRIBUINTE NO CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL - CADIN MUNICIPAL, NOS TERMOS DA LEI 14.094, DE 06/12/05.

9- DECORRIDO O PRAZO PARA PAGAMENTO DA ULTIMA PRESTACAO, O DEBITO TOTAL (DESCONSIDERANDO EVENTUAIS CREDITOS DA NFS-E/NOTA FISCAL PAULISTANA) SERA CONSIDERADO INTEGRALMENTE VENCIDO NA DATA DA PRIMEIRA PRESTACAO NAO PAGA E ENCAMINHADO PARA INSCRICAO NA DIVIDA ATIVA, PASSANDO A RECEBER A INCIDENCIA DE CUSTAS, HONORARIOS E DEMAIS DESPESAS, NA FORMA DA LEGISLACAO.

10- ENQUANTO NAO EXTINTO O DIREITO DA FAZENDA PUBLICA, PODERAO SER EFETUADOS OS LANCAMENTOS QUE, POR QUALQUER CIRCUNSTANCIA, NAO TENHAM SIDO REALIZADOS NA EPOCA PROPRIA, BEM COMO SER EFETUADA A REVISAO OU COMPLEMENTACAO DE OUTROS VICIADOS POR IRREGULARIDADE OU ERRO DE FATO.

EDITAL 25/18D - EDITAL DE NOTIFICACAO DE LANCAMENTOS NOVOS, REVISTOS OU COMPLEMENTARES DOS IMPOSTOS PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE CADASTROS, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SAO PAULO, NO USO DAS ATRIBUICOES CONFERIDAS PELO ART.9 DO DECRETO 56.764, DE 11/01/16, TORNA PUBLICO O PRESENTE EDITAL DE NOTIFICACAO DE LANCAMENTOS NOVOS, REVISTOS OU COMPLEMENTARES DOS IMPOSTOS PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, NOS TERMOS DA LEI 6.989, DE 29/12/66 E ALTERACOES POSTERIORES, CONFORME A RELACAO ABAIXO.

ESSA RELACAO CONTEM A IDENTIFICACAO DO IMOVEL E DO SUJEITO PASSIVO, O EXERCICIO A QUE SE REFERE O LANCAMENTO, O NUMERO DA NOTIFICACAO, O VALOR DO CREDITO TRIBUTARIO E A DATA DE VENCIMENTO DA PRIMEIRA PRESTACAO.

LOCAL DO IMOVEL	EX	NL	SUJEITO PASSIVO	VENCTO.1A.
NUMERO	COMPLEMENTO	VALOR LANÇADO		
007.043.0055-9	08	02	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	****/**
AV ANGELICA	01133		0,00	
007.043.0055-9	09	02	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	****/**
AV ANGELICA	01133		0,00	
007.043.0055-9	10	02	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	****/**
AV ANGELICA	01133		0,00	
007.043.0055-9	11	02	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	****/**
AV ANGELICA	01133		0,00	
010.067.0183-4	08	02	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	****/***
AL SANTOS	02224	LOJA	0,00	
042.024.0088-7	10	02	OSCAR ABEL KLABIN SEGALL	****/**
R AFONSO CELSO	00362	E 388	0,00	
047.016.0042-3	00	02	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	****/**
AV JABAQUARA	01195		0,00	
067.088.0059-4	12	02	CENTRO ESPIRITA ISMAEL	****/**
R PONTA DE PEDRAS	00037		0,00	
087.047.0012-0	09	02	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	****/**
AV MARIO LOPES LEAO	00700	ESQ. R. PLACIDO	0,00	
108.200.0019-0	05	02	JOSE CARLOS FELIZZOLA	****/***
AV PERI RONCHETTI	00427	E 433	0,00	
108.200.0019-0	06	02	JOSE CARLOS FELIZZOLA	****/**
AV PERI RONCHETTI	00427	E 433	0,00	
133.144.0020-8	07	02	ESTADO DE SAO PAULO	****/***
R GRUTA DAS PRINCESAS	00165		0,00	
133.144.0020-8	08	02	ESTADO DE SAO PAULO	****/**
R GRUTA DAS PRINCESAS	00165		0,00	
133.144.0020-8	09	02	ESTADO DE SAO PAULO	****/**
R GRUTA DAS PRINCESAS	00165		0,00	
168.231.0012-4	11	02	ERMINDA FRANCISCA DA SILVA	****/***
TV PEDRO TAMARON	00008		0,00	
168.231.0012-4	12	02	ERMINDA FRANCISCA DA SILVA	****/**
TV PEDRO TAMARON	00008		0,00	

1- FICAM OS SUJEITOS PASSIVOS DOS IMPOSTOS PREDIAL E TERRITORIAL URBANO DO MUNICIPIO DE SAO PAULO NOTIFICADOS DOS LANCAMENTOS NOVOS, REVISTOS OU COMPLEMENTARES ACIMA DISCRIMINADOS.

2- O LANCAMENTO DO IPTU E EFETUADO COM BASE NA LEGISLACAO TRIBUTARIA DO MUNICIPIO, EM ESPECIAL NAS LEIS 6.989/66, 10.235/86, 14.107/05, 15.889/13, 16.098/14 E 16.272/15.

3- SEM PREJUIZO DA NOTIFICACAO ATRAVES DO PRESENTE EDITAL, A SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA ENVIARA PELO CORREIO PARA O ENDEREÇO DO IMOVEL OU OUTRO ESCOLHIDO PELO SUJEITO PASSIVO, NOTIFICACAO DE LANCAMENTO IMPRESSA ACOMPANHADA DE DOCUMENTO DE ARRECADACAO.

4- A FALTA DE RECEBIMENTO DO DOCUMENTO DE ARRECADACAO ENVIADO PELO CORREIO NAO DESOBRIGA O CONTRIBUINTE DO RECOLHIMENTO DO TRIBUTO DEVIDO, UMA VEZ QUE O DOCUMENTO DE ARRECADACAO TAMBEM PODERA SER OBTIDO DIRETAMENTE NO SITE WWW.PREFEITURA.SP.GOV.BR/IPTU OU EM QUALQUER PREFEITURA REGIONAL.

5- O CONTRIBUINTE PODERA IMPUGNAR A EXIGENCIA FISCAL NO PRAZO DE 90 DIAS CONTADOS DA DATA DE VENCIMENTO DA PRIMEIRA PRESTACAO OU DA PARCELA UNICA.

6- O PAGAMENTO DO IMPOSTO PODERA SER EFETUADO A VISTA, COM DESCONTO, OU EM ATÉ 10 PRESTACOES, IGUAIS, MENSAIS E SUCESSIVAS, RESPEITADO O LIMITE MINIMO DE R\$ 20,00 POR PRESTACAO.

7- SOBRE OS DEBITOS NAO PAGOS NOS RESPECTIVOS VENCIMENTOS INCIDIRAO MULTA DE 0,33% AO DIA, ATÉ O LIMITE DE 20%, JUROS MORATORIOS DE 1% AO MES, A PARTIR DO MES SEGUINTE AO DO VENCIMENTO, E ATUALIZACAO MONETARIA.

8- O NAO PAGAMENTO DE QUALQUER PARCELA ACARRETARA A INCLUSAO DO CONTRIBUINTE NO CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL - CADIN MUNICIPAL, NOS TERMOS DA LEI 14.094, DE 06/12/05.

9- DECORRIDO O PRAZO PARA PAGAMENTO DA ULTIMA PRESTACAO, O DEBITO TOTAL (DESCONSIDERANDO EVENTUAIS CREDITOS DA NFS-E/NOTA FISCAL PAULISTANA) SERA CONSIDERADO INTEGRALMENTE VENCIDO NA DATA DA PRIMEIRA PRESTACAO NAO PAGA E ENCAMINHADO PARA INSCRICAO NA DIVIDA ATIVA, PASSANDO A RECEBER A INCIDENCIA DE CUSTAS, HONORARIOS E DEMAIS DESPESAS, NA FORMA DA LEGISLACAO.

10- ENQUANTO NAO EXTINTO O DIREITO DA FAZENDA PUBLICA, PODERAO SER EFETUADOS OS LANCAMENTOS QUE, POR QUALQUER CIRCUNSTANCIA, NAO TENHAM SIDO REALIZADOS NA EPOCA PROPRIA, BEM COMO SER EFETUADA A REVISAO OU COMPLEMENTACAO DE OUTROS VICIADOS POR IRREGULARIDADE OU ERRO DE FATO.

URBANISMO E LICENCIAMENTO

GABINETE DA SECRETÁRIA

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2018-1-139

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405 - 18 ANDAR
2016-0.166.964-6 JOEL SANTANA SILVA
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2017-0.102.633-0 ANA MARIA NOGUEIRA ANACLETO
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2017-0.158.266-6 BRUNA CARDOSO FEROLA
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2017-0.168.723-9 DANTE FURLAN RODRIGUES
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2018-0.006.501-5 JOSE CARLOS FIALHO
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2018-0.033.516-0 FERNANDO BOTARO
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2018-0.043.461-4 ROBERTO TADEU DA SILVA MOURA
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2018-0.043.530-0 MAURILIO ANTONIO ALVES
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2018-0.043.538-6 ALEXANDRE SAMPAIO PEREIRA NETO
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2018-0.054.463-0 LANE DANIELA ALVES DA SILVA
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2018-0.055.337-0 KATIA APRAHAMIAN
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2018-0.056.022-9 TOITI GOTO
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2018-0.058.358-0 ANA PAULA DE OLIVEIRA BREGGI
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2018-0.059.644-4 SECUNDINO PIRES DOS SANTOS NETO
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
2018-0.060.139-1 SILVANA PARRA DE CARVALHO
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR
SMUL/COORDENADORIA DE EDIFICACAO DE SERVICOS E USO INSTITUCIONAL
ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405

COORD.EDIF.SERVICO E USO INSTITUCIONAL -SMUL/SERVIN

PROCESSO	SQUINCRA	NOME
2012-0229321-9 0007515000554-1	4	INCORPOTEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTD
2018-0011941-7 0008036060607-1	5	RICARDO TARDELLI
2013-0309912-4 00305506100364-1	7	ALEXANDRE LUIZ RAMIRO MARTINS

COORD. EDIF. USO COMERCIAL E INDUSTRIAL -SMUL/COMIN

PROCESSO	SQUINCRA	NOME
2015-0310123-8 0008720200064-1	37	IMOBILIARIA SAO MIGUEL LTDA
2017-0150845-8 0010633801037-1	1	ALEXANDRE LUIZ RAMIRO MARTINS
2017-0127134-2 0018311002680-1	14	WILIANS DE AMORIM

PROCESSO SQUINCRA NOME

2016-0257904-7 0010006800113-1 1 DANILO WILLIANN RAMALHO

2018-0019062-6 0006606000416-1 1 FABIO SOARES DE SOUZA RUSSO

2018-0036410-1 0006014000216-1 1 WALDNEI MENDES LOPES

2018-0044052-5 0015707900089-1 1 TENDA NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A

2018-0038216-9 0014612500041-1 1 JOAO DA MATA OLIVEIRA

2018-0036422-5 0005603900131-1 2 WALDNEI MENDES LOPES

2018-0032862-8 0006801601891-1 1 INOCENCIA DA JESUS MENDES

2018-0003204-4 0011344900381-1 2 CARLOS ROBERTO SOLDI

2017-0173831-3 0031004400087-1 1 EDUARDO NADALETO

2017-0151065-7 0011239600371-1 2 CONSTRUCAU EMPREENDIMENTOS CONSTRUCOES LTDA

COORD.ATIV. ESPECIAL E SEGURANCA DE USO -SMUL/SEGUR

PROCESSO	SQUINCRA	NOME
2003-0109816-2 0014205500075-1	2	GEILSON FILHO COSTA E/OU TECHNOSSON BRASIL LTDA.
2018-0065442-8 0008731401708-1	785	CRESCIMENTUM CONSULT. PESSOAL E EMPRESARIAL LTDA.

2018-0067964-1 0016205101611-1 84 motors-co ltda me

2018-0068770-9 0008251700140-1 83 TATICA - MARKETING ESPORTIVO EIRELI

2013-0271232-9 0008811000076-1 7 JERONIMO FERREIRA ARAUJO

2006-0246916-0 0007210400788-1 21 AUTO POSTO SANTANA 2001 LTDA

COORDENADORIA DE ATIVIDADE ESPECIAL E SEGURANCA DE USO

SEGUR-2

SEGUR/DACESS

INTIMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS - LEI 16.642/17

PELA PRESENTE, FICA V.S.A. INTIMADO A EXECUTAR AS OBRAS E SERVIÇOS RELACIONADOS ABAIXO, NOS PRAZOS FIXADOS PELOS PERITOS NO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO QUE INTEGRA O L.T.S. REFERENTE A EDIFICAÇÃO ACIMA E ACEITOS POR ESTE DEPARTAMENTO, OS QUAIS SE CONTARÃO A PARTIR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DESTA INTIMAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO. O NÃO CUMPRIMENTO DESTA INTIMAÇÃO PELA INEXECUÇÃO DE CADA OBRA OU SERVIÇO NO TÉRMINO DO PRAZO PARCIAL FIXADO NO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, ACARRETARÁ A NÃO EXPEDIÇÃO DO DOCUMENTO MUNICIPAL COMPROBATÓRIO DO ATENDIMENTO DAS NORMAS DE SEGURANÇA, BEM COMO NO INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE CERTIFICADO DE SEGURANÇA E DEMAIS PENALIDADES PREVISTAS NA LEI 16.642/17, REGULAMENTADA PELO DECRETO 57.776/17.

00111/SMUL/SEGUR/DACESS/2018- 2017-0.184.758-9 - C.E. CASA BLANCA; R NESTOR PESTANA, 237 - CONSOLACAO; 180 DIAS.

SEGUR/DACESS

INTIMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS OU SERVIÇOS- CERTIFICADO DE ACESSIBILIDADE PELA PRESENTE, FICA V.S.A. INTIMADO A EXECUTAR AS OBRAS E SERVIÇOS RELACIONADOS ABAIXO, CONFORME LEI Nº 16.642/17, DE 09 DE MAIO DE 2017. O NÃO CUMPRIMENTO DESTA INTIMAÇÃO PARA OBRAS E/OU SERVIÇOS NO TÉRMINO DO PRAZO FIXADO, ACARRETARÁ NO INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE CERTIFICADO DE ACESSIBILIDADE E DEMAIS PENALIDADES PREVISTAS NA LEI 16.642/17, REGULAMENTADA PELO DECRETO 57.776/17.

00113/SMUL/SEGUR/DACESS/2018- 2017-0.080.543-2 - BANCO BRADESCO S/A.; R AUGUSTA, 002938 - CERQUEIRA CESAR; 180 DIAS.

00118/SMUL/SEGUR/DACESS/2018- 2017-0.109.107-7 - CIA BRAS.DE DISTRIBUICAO; AV SOUZA RAMOS, 24 - 74 - CIDADE TIRADENTES; 180 DIAS.

GABINETE DA SECRETÁRIA

ATA DA REUNIÃO PARA O PROCESSO DE ELEIÇÃO DAS ENTIDADES QUE COMPORÃO O GRUPO DE GESTÃO DA OERAÇÃO URBANA CONSORCIADA ÁGUA BRANCA,BIÊNIO 2018-2020, REALIZADA EM 30.07.2018 NA SÃO PAULO URBANISMO EDIFÍCIO MARTINELLI

No dia 30 de julho de 2018, às 10h00min, reuniram-se na empresa São Paulo Urbanismo, à Rua Libero Badaró, 504 – 15º andar – sala 154, os representantes da Comissão Eleitoral com o objetivo de regulamentar o artigo 10º do EDITAL Nº 001/2018/SMUL-GAB. Nada mais havendo a tratar, os representantes da Comissão Eleitoral ratificaram o que foi firmado e lavraram a presente ata, instruída pelo suprarreferido regulamento, dando por encerrada a reunião às 11h00min. A Comissão Eleitoral da Operação Urbana da Água Branca, complementando o EDITAL Nº 001/2018/SMUL-GAB, vem, por meio deste, regulamentar seu artigo 10º:

EDITAL COMPLEMENTAR AO EDITAL Nº001/2018/SMUL-GAB

- Da Assembleia
 - Iniciada a Assembleia, será dada aos candidatos inscritos a oportunidade de se autocomporem para o preenchimento das vagas previstas no artigo 2º do EDITAL Nº 001/2018/SMUL-GAB, devendo a decisão se dar por unanimidade dos concorrentes à respectiva vaga.
 - Frustrada a autocomposição, será realizado processo eleitoral de votação, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 10º do EDITAL Nº 001/2018/SMUL-GAB, por intermédio de cédula impressa.
 - Serão considerados eleitores as organizações não governamentais, entidades profissionais, acadêmicas ou de pesquisa e entidades empresariais previamente cadastradas, nos termos deste regulamento, junto à SP Urbanismo.
 - Conforme o parágrafo terceiro do artigo 1º do Decreto Municipal nº 54.911/2014, cada entidade eleitora participará exclusivamente da eleição para a vaga de representante de sua categoria e terá direito a 01 (um) voto.
- Do Cadastromento
 - Serão consideradas já cadastradas todas as entidades inscritas como candidatas nos termos do EDITAL Nº 001/2018/SMUL-GAB.
 - Poderão se cadastrar como eleitores:
 - Organizações não governamentais com atuação em questões urbanas e ambientais;
 - Entidades profissionais, acadêmicas ou de pesquisa com atuação em questões urbanas e ambientais;
 - Entidades empresariais com atuação em questões urbanas e ambientais.
 - Os pedidos de cadastramento deverão ser enviados, até as 13h00 do dia 03 de agosto de 2018, para o endereço de correio eletrônico ouab@spurbanismo.sp.gov.br, identificando a entidade solicitante, qualificando aquele que a representará na eleição e anexando cópia digitalizada dos seguintes documentos:
 - Estatuto social da entidade, devidamente registrado;
 - Ata da última eleição dos representantes legais com mandato em vigor, devidamente registrada;
 - Se necessária, procuração;
 - Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

2.3.5. Documento de identificação pessoal, com foto, do representante da entidade.

2.4. No dia da eleição, será obrigatória a apresentação física, pelos eleitores, do original ou da cópia autenticada dos documentos previstos no item 2.3 deste edital complementar.

3. Das disposições finais

- Os casos omissos serão decididos pelos membros da comissão eleitoral presentes ao local da eleição.

TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO
MARIANA MORAIS LUIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO

PATRÍCIA SARAN
SÃO PAULO URBANISMO
DANIEL WASEN QUESADA
SÃO PAULO URBANISMO
LUCY MARIA FEIJÓ ESTEVES
SÃO PAULO URBANISMO
ELENICE APARECIDA ALVES GALVÃO
PIRITUBA - MORADORA NA REGIÃO
EUGÊNIO LUIZ SIGAUD TALIBERTI JUNIOR
ENGENHEIRO CIVIL – EMPRESÁRIO ATUANTE NA REGIÃO
JOSÉ ANTONIO VAZ
ADVOGADO- MORADOR NA REGIÃO
MARCELA BARRETA
CONSELHO PARTICIPATIVO DA LAPA
THELMA CANUTO DA SILVA
MORADORA PAPATERRA LIMONGI/LIDIANE
SIMONE DE AGUIAR
1º SUPLENTE

DEPARTAMENTO DE USO DO SOLO

COMUNIQUE-SE

Torne-se sem efeitos os comunique-se relativos aos processos SEI a seguir discriminados:

Número SEI Publicado em Página
6068.2018/0001301-6 26/07/2018 Pg. 49
6068.2018/0001300-8 26/07/2018 Pg. 49
6068.2018/0001299-0 26/07/2018 Pg. 49
6068.2018/0001298-2 26/07/2018 Pg. 48
6068.2018/0001297-4 26/07/2018 Pg. 48
6068.2018/0001296-6 26/07/2018 Pg. 48
6068.2018/0001295-8 26/07/2018 Pg. 48
6068.2018/0001293-1 26/07/2018 Pg. 48
6068.2018/0001292-3 25/07/2018 Pg. 52
6068.2018/0001291-5 25/07/2018 Pg. 52
6068.2018/0001289-3 25/07/2018 Pg. 52
6068.2018/0001288-5 25/07/2018 Pg. 52
6068.2018/0001287-7 25/07/2018 Pg. 52

HABITAÇÃO

COORDENADORIA DE GESTÃO DO ATENDIMENTO SOCIAL - CAS

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO GESTOR DA ZEIS 3 – QUADRA 36 – CAMPOS ELISEOS.

SEI Nº 6014.2018/0000142-0
Capítulo I – Da Natureza e Finalidade
Art. 1ºO Conselho Gestor das ZEIS 3 é da Quadra 36 no bairro Campos Elíseos, tem por finalidade a analisar e aprovar as diretrizes da Intervenção Urbana, bem como aprovar alternativas para atendimento habitacional definitivo para as famílias já removidas ou a remover da área delimitadas pelo perímetro formado pelas e Rua Helvetia, Avenida Rio Branco Alameda Glete e Alameda Barão de Piracicaba e será constituído por representantes da sociedade civil, e do poder público em atendimento ao disposto no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei nº 16.050/14) e Decreto Municipal nº 57.377/16, regulamentado pela Portaria nº 146/SEHAB.G/2016.

Art. 2ºO Conselho Gestor das ZEIS 3 é de natureza consultiva e deliberativa tendo por finalidade participar da formulação e implementação de atendimento habitacional definitivo para as famílias removidas ou a remover pela intervenção a ser realizada no Perímetro da Quadra 36 de que trata o caput desse artigo.

§ ÚnicoA atuação do Conselho Gestor da ZEIS 3 será regido pelo presente Regimento Interno e em conformidade com o artigo 48 da Lei nº 16.050, de 31/07/2014, que trata do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

Capítulo II – Da Composição
Art. 3ºO Conselho Gestor da ZEIS é composto de forma paritária por representantes do Poder Público, e da Sociedade Civil moradores, associações e organizações que atuam na área abrangida pelo perímetro da Quadra 36 no bairro Campos Elíseos, que sofrerá intervenção pelo Poder Público.

Art. 4ºO Conselho Gestor é constituído por doze (12) membros titulares, observada a paridade entre o número de representantes do poder público e da sociedade civil, moradores, associações e organizações que atuam na área de intervenção, de que trata o Artigo 1º deste Regimento.

§ 1ºCada membro titular do Conselho Gestor terá um suplente.

§ 2ºAssumirão a titularidade os membros representantes suplentes, quando da ausência de seus titulares.

§ 3ºA composição do Conselho Gestor é a seguinte:
Do Poder Público:
I-Um (1) membro da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB/COHAB – e respectivo suplente;
II-Um (1) membro da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e respectivo suplente;
III-Um (1) membro da Secretaria Municipal de Assistência Social e respectivo suplente;
IV-Um (1) membro da Secretaria Estadual da Saúde e respectivo suplente;
V-Um (1) membro da Secretaria Estadual de Habitação e respectivo suplente; e
VI-Um (1) membro da Secretaria Estadual de Governo e respectivo suplente;

Da sociedade civil:
VII-Seis (6) membros titulares e respectivos suplentes em representação dos moradores, setor produtivo, organizações e associações que atuam nas áreas abrangidas pelo perímetro das Quadras 36 – Campos Elíseos.

Capítulo III – Do Mandato, Estrutura, Substituição dos Membro e Renovação do Conselho

Art. 5ºO mandato dos conselheiros será de três (3) anos, permitindo-se a reeleição por uma única vez e por igual período.

§ 1ºOs conselheiros representantes do Poder Público, poderão ser reconduzidos por meio de indicação do titular da pasta ao Secretário Municipal da Habitação, que fará sua designação através de Portaria publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

§ 2ºO processo de eleição do Conselho Gestor, no seu segundo mandato, deverá ser discutido pelos conselheiros e aprovado, por maioria simples, em reunião ordinária, no prazo mínimo de cento e vinte (120) dias antes do término de um mandato de três (3) anos.

Art.6ºO mandato dos conselheiros por se tratar de uma atividade de relevante interesse público, será exercido sem implicar em remuneração de qualquer espécie.

Art. 7ºPara o cumprimento de suas atribuições, o Conselho Gestor da ZEIS 3, conta com a seguinte estrutura:
I-Plenário, formado pelos conselheiros;

II-Coordenador;
III-Comissões Técnicas e/ou Grupos de Trabalho; e
IV-Secretaria Executiva.

§ 1ºA coordenação do Conselho Gestor será exercida por representante da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB/ COHAB, indicado pelo titular da pasta, com as condições de:

I-Na ausência do Coordenador, suas funções serão transferidas para seu suplente; e

II-Na ausência do Coordenador titular e suplente, suas funções serão transferidas para outro Conselheiro do Poder Público Municipal.

§ 2ºPara auxiliar o desenvolvimento das atribuições do Conselho poderão ser criados Comissões Técnicas e/ou Grupos Técnicos, por deliberação do plenário.

Art. 8ºA ausência injustificada de conselheiros titulares e/ou dos suplentes a quatro (4) reuniões ordinárias e/ou extraordinárias consecutivas, ou ainda a seis (6) alternadas no período de doze (12) meses implicará na perda do mandato e na consequente substituição por outro representante do mesmo segmento, da seguinte forma:

I-Os conselheiros representantes das Secretarias, referidas nos incisos I a VI do Artigo 4º serão substituídos por nova indicação, pelo respectivo titular da pasta representada; e

II-Os representantes da população moradora das ZEIS, referidos no inciso VII do Artigo 4º, serão substituídos pela ordem de votação obtida na eleição de Conselheiros da Sociedade Civil realizada em 14 de abril de 2018 e publicada no Diário Oficial do Município em 19 de abril de 2018.

§ 1ºNo caso de todos os candidatos terem sido eleitos no dia 14 de abril de 2018, cada segmento deverá indicar um novo representante para substituir o titular ou suplente eleitos.

§ 2ºQuando das reuniões deliberativas, cabe a Secretaria Executiva enviar material de apoio aos conselheiros com dez (10) dias de antecedência, em formato, linguagem clara e acessível.

Capítulo IV– Das atribuições

Art. 9ºAs atribuições do Conselho, de acordo com o estipulado no artigo 48 da Lei Municipal 16.050 de 31 de julho de 2014, e nos Artigos 51 e 52 do Decreto Municipal 57.377, são as seguintes:

I-Elaborar e aprovar seu regimento interno;

II-Aprovar e validar os critérios utilizados e o resultado do cadastramento de moradores da Quadra 36 realizado previamente pela Secretaria Municipal de Habitação;

III-Buscar formas de participação dos moradores da área de intervenção e futuros beneficiários, na discussão das propostas e no acompanhamento da implementação do projeto de intervenção urbana e atendimento habitacional;

IV-Aprovar o plano de ação social e de pós-ocupação do atendimento habitacional definitivo;

V-Participar do acompanhamento das atividades previstas para o atendimento habitacional definitivo; e

VI-Informar a população moradora da Quadra 36 – Campos Elíseos, e de seu entorno, quando for o caso, sobre ações previstas, articular e promover o debate das propostas, bem como definir e regulamentar os mecanismos de comunicação e informação.

Art. 10ºSão atribuições do Coordenador do Conselho Gestor:

I-Representar o Conselho Gestor frente a outros órgãos da Administração Pública, da Sociedade Civil, com também, perante os entes do Poder Judiciário;

II-Solicitar a substituição do conselheiro (a) no caso de perda do mandato, nos termos do Artigo 8º deste Regimento;

III-Convocar, organizar a ordem do dia e presidir as reuniões do Conselho Gestor, cumprindo e fazendo cumprir este regulamento;

IV-Definir número de inscrições para os debates, ajustar o tempo de discussão para as propostas apresentadas e a necessidade de ouvir os questionamentos ou não, dos presentes, entre outros;

V-Convocar reuniões extraordinárias, quando da necessidade do Conselho Gestor e considerar as solicitações de reuniões extraordinárias feitas por membros conselheiros;

VI-Propor comissões e/ou grupos de trabalhos para realizar estudos ou providências julgadas relevantes para as atribuições ou ações do Conselho Gestor e viabilizar comissões e grupos solicitados por membros conselheiros;

VII-Convocar, sempre que necessário, representantes de órgãos públicos e/ou concessionárias, bem como especialistas para tratar de assuntos relacionados à área objeto da intervenção urbana, considerando, também, solicitações dos conselheiros;

VIII-Propor datas e prazos para apreciação e aprovação das propostas considerando as solicitações dos conselheiros;

IX-Guardar os documentos e registros relativos às atividades do Conselho Gestor;

X-Tomar as providências cabíveis para implantar as deliberações do Conselho Gestor; e

XI-Indicar um ou mais funcionários da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, para constituir a Secretaria Executiva do Conselho Gestor.

Art. 11ºSão atribuições da Secretaria Executiva:

I-Secretariar as reuniões do Conselho Gestor;

II-Receber, preparar, expedir documentos e correspondências do Coordenador e dos Conselheiros;

III-Anotar todos os assuntos tratados nas reuniões, acompanhar a lavratura das respectivas atas e proceder à sua leitura;

IV-Organizar os serviços de registro e arquivo das atas e demais documentos produzidos pelo Conselho;

V-Preparar e submeter ao Coordenador, para distribuição ao Conselho, a relação dos expedientes recebidos, obedecendo a ordem cronológica disposta na pauta da reunião;

VI-Entregar aos Conselheiros, todos os expedientes relacionados aos temas que a eles dizem respeito;

VII-Encaminhar anualmente ao Coordenador, com a necessária antecedência, o levantamento estatístico do número de reuniões do Conselho, e do comparecimento de seus membros bem como dos assuntos e expedientes analisados;

VIII-Publicar as decisões do Conselho;

IX-Inscriver os registros nos Livros de Tombo, conforme orientação do Coordenador do Conselho; e

X-Informar aos conselheiros sobre as ações propostas bem como as já executadas pelo Poder Público na Quadra 36 por meio de relatórios (imagens, tabelas, gráficos, textos, entre outros) que tratem do número de famílias atingidas, o número de famílias cadastradas e os tipos de atendimento oferecido.

Art. 12ºSão atribuições dos Conselheiros:

I-Comparar às reuniões do Conselho Gestor ou justificar sua ausência;

II-Comunicar sua ausência em tempo hábil ao Coordenador ou à Secretaria Executiva do Conselho;

III-Apreciar, discutir e votar as propostas;

IV-Apresentar propostas;

V-Solicitar à inclusão de matéria na ordem do dia, inclusive para reuniões subsequentes, bem como, propor a discussão prioritária nos assuntos de pauta;

VI-Informar e promover o debate das propostas e divulgar as deliberações e os comunicados do Conselho Gestor aos moradores interessados da área da Quadra 36;

VII-Respeitar e zelar pelo cumprimento das finalidades do Conselho Gestor e deste Regimento Interno; e

VIII-Os conselheiros do Poder Público devem encaminhar às suas respectivas pastas as propostas e denúncias apontadas sobre os temas referentes à sua área de atuação durante as reuniões do Conselho Gestor.

§ 1ºQualquer conselheiro presente, motivadamente, poderá apresentar pedido de vista da matéria constante na Pauta.

§ 2ºO pedido de vista deverá ser aprovado por maioria simples dos Conselheiros presentes.

§ 3ºSe concedido pedido de vista, o processo deverá ser apresentado na reunião subsequente.

§ 4ºSerá permitido somente um (1) pedido de vistas por processo.

Capítulo V - Do Funcionamento do Conselho Gestor

Art. 13ºO Conselho Gestor reunir-se-á ordinariamente a cada sessenta (60) dias e extraordinariamente quando necessário, através de convocação específica, podendo ser convocadas, inclusive por pelo menos quatro (4) representantes da sociedade civil, caso as reuniões não sejam convocadas no prazo de sessenta (60) dias previsto nesse artigo.

§ 1ºAs reuniões ordinárias deverão ser convocadas com dez (10) dias de antecedência, com envio da ata da reunião anterior para leitura, discussão e aprovação conforme disposto no artigo 20º desse Regimento Interno. Encaminhamentos às questões registradas na ata deverão ser apresentados na reunião seguinte.

§ 2ºOs Conselheiros da Sociedade Civil e/ou Poder Público deverão encaminhar com antecedência mínima de sete (7) dias à realização das reuniões, os assuntos que julgarem importantes para que sejam incluídos nas pautas correspondentes (ordem do dia), bem como material de apoio relativo à pauta da reunião.

§ 3ºAs reuniões deverão ser informadas aos Conselheiros na convocação, discriminando a matéria em votação, com antecedência mínima de dez (10) dias da realização da reunião ordinária.

§ 4ºAs reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de setenta e duas (72) horas.

Art. 14ºAs reuniões ordinárias ocorrerão toda as terças ou quartas (de cada mês), no horário das 18h30 às 20h30, exceto no mês de dezembro ou quando a data estabelecida coincidir com feriado, nesses casos a reunião será realizada na semana que antecede.

§ 1ºAs reuniões terão tempo máximo previsto de cento e vinte (120) minutos de duração, podendo se estender até cento e oitenta (180) minutos, quando se julgar necessário e em comum acordo entre os Conselheiros.

§ 2ºSempre que possível, a reunião ordinária seguinte será agendada na reunião anterior, constando da Ata da Reunião correspondente.

Art. 15ºOs membros suplentes podem participar das reuniões do Conselho Gestor com direito a voz, mas não a voto.

§ ÚnicoNa ausência do membro titular, seu respectivo suplente presente na reunião terá direito a voto.

Art. 16ºAs reuniões ordinárias ou extraordinárias serão instaladas com a presença do Coordenador ou seu substituto de acordo com o Art. 7º desse Regimento, em primeira chamada às 18h30, e em segunda chamada às 18h45, com o quórum mínimo de metade (½) dos membros do Conselho Gestor, no caso de reuniões deliberativas, e de um quarto (¼) dos membros do Conselho Gestor nos demais casos, desde que esteja presente ao menos um representante da sociedade civil. Quando existirem ausências superiores ao quórum mínimo de um quarto (¼) dos membros, a reunião será cancelada e a pauta transferida para próxima reunião.

Art. 17ºA discussão ou votação de matéria da ordem do dia poderá ser adiada por uma vez, por deliberação do Conselho Gestor.

Art. 18ºAs deliberações do Conselho Gestor serão tomadas por maioria simples (50%+1) dentre os presentes, não computando as abstenções, cabendo ao Coordenador, em caso de empate, reabrir a discussão e o debate, por um tempo de trinta (30) minutos, e novamente colocar a proposta para votação, persistindo o resultado, caberá ao Coordenador do conselho o voto de desempate.

§ 1ºFica vedada a votação de matéria não constante da pauta e previamente divulgada e encaminhada aos Conselheiros, nos prazos previstos no artigo 13º, § 5º deste Regimento Interno.

§ 2ºAs votações serão sempre abertas e públicas, podendo ser assistidas por quaisquer interessados.

§ 3ºA votação será nominal e constará em ata.

§ 4ºO Conselheiro poderá abster-se de votar quando se julgar impedido.

§ 5ºAs causas de impedimento se darão nos seguintes casos:

I-Quando o(a) Conselheiro(a) se sentir, por qualquer motivo, coagido(a) a decidir de uma determinada maneira;

II-Quando, em algum momento passado, teve atuação profissional ou relação pessoal com as empresas ou profissionais que serão contratados nos trabalhos das desapropriações;

III-Quando for parte em processo ou promover ação contra empresas que sejam contratadas nas desapropriações; e

IV-Quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica em atividades que guardem relação com as desenvolvidas pelas empresas contratadas nas desapropriações.

Art. 19ºAs reuniões do Conselho Gestor terão participação livre dos moradores e interessados na condição de ouvintes sem direito a votos, podendo manifestar-se da tribuna, excepcionalmente, somente com autorização do presidente da sessão, pelo tempo máximo de cinco (5) minutos.

§ 1ºAs reuniões do Conselho poderão ter captação de áudio e vídeo para posterior divulgação, independente de prévia autorização.

§ 2ºAs reuniões deverão acontecer em local próximo a Quadras 36, sempre que possível, para garantir presença e participação da população.

Art. 20ºOs assuntos tratados e as deliberações tomadas em cada reunião serão registrados em ata, a qual será enviada por e-mail aos conselheiros com antecedência de sete (7) dias da reunião subsequente onde será eventualmente debatida, aprovada e somente então, publicada no Diário Oficial do Município.

Art. 21ºDas Atas das Reuniões do Conselho Gestor, constarão:

I-Dia, mês, ano, local e hora de abertura da reunião;

II-Nome e assinatura dos conselheiros, demais pessoas presentes, ausentes e justificativas das ausências, quando houver;

III-Resumo da matéria incluída na ordem do dia;

IV-Conteúdo das discussões, inclusive protestos;

V-Deliberações tomadas, registrando o número de votos contra, a favor e abstenções;

VI-Resumo de cada informe, onde conste de forma sucinta o assunto e sugestões apresentadas.

Capítulo VI - Do Conflito de Interesses

Art. 22ºSuscita conflito de interesses o exercício de atividades por agente público ou privado incumbido de atuação pública, incluído o da alta administração, que contrarie o interesse público e beneficie interesses particulares, como:

I-A prestação de serviços à pessoa física ou jurídica ou manutenção de vínculo de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão individual ou coletiva do Município, em matéria que se relacione com a finalidade da unidade ou serviço em que esteja lotado ou funcionando no momento;

II-O uso de influência, de forma direta ou indireta, cujo agente público ou privado tenha acesso em razão do cargo ou atuação na administração, para benefício privado próprio ou de outrem; e

III-O uso ou vazamento seletivo de informação sigilosa, em proveito próprio ou de outrem, à qual o agente público ou privado tenha acesso em razão do cargo ou atuação na administração.

§ 1ºA ocorrência de conflito de interesses independe do recebimento direto ou por meio de terceiros de qualquer ganho,

vantagens ou retribuição pelo agente público ou privado que desempenhe função na administração.

§ 2ºQualquer Conselheiro que se enquadrar nas cláusulas anteriores de conflito de interesses poderão ser substituídos ou impedidos de atuar, por determinação do Coordenador do Conselho.

Capítulo VI– Disposições Finais

Art. 23ºOs casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno deverão ser resolvidos preferencialmente pelos Conselheiros em reunião ordinária ou, havendo urgência, por meio de reunião extraordinária convocada pelo Coordenador do Conselho Gestor.

Art. 24ºO presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da Cidade e poderá ser modificado com aprovação da maioria simples dos membros do Conselho Gestor.

(O presente Regimento Interno foi aprovado na 7ª reunião do Conselho Gestor, realizada em 24 de maio de 2018.)

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

CONTABILIDADE

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS

Encontra-se a disposição do interessado, após convocação do mesmo, no Setor de Gestão de Contratos, na Rua: Castro Alves, 63/73, 6º andar, de 2 º a 6ª feira, das 8 às 17 horas, a Nota de Empenho abaixo relacionadas


EMPRESA PROC/MOD. NE
BIO2 IMP E COM DE MAT MEDICO 6210.2018/0004312-9 – ATA DE RP 087/18- 2144
HOSP LTDA HSPM

RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias

JUSTIÇA

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

 FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - FMDC
BALANÇO FINANCEIRO
junho-18 em R\$


INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	-	-	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	-	-
ORDINÁRIA	-	-	ORDINÁRIA	-	-
TESOURO MUNICIPAL	-	-	TESOURO MUNICIPAL	-	-
RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	-	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	-	-
RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE	-	-	RECURSOS PRÓPRIOS DA EMPRESA DEPENDENTE	-	-
VINCULADA	-	-	VINCULADA	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-
TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	-	-	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	-	-
TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	-	-	TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	-	-
FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO	-	-	FUNDO CONSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO	-	-
OUTRAS FONTES	-	-	OUTRAS FONTES	-	-
RECEITA CONDICIONADA	-	-	RECEITA CONDICIONADA	-	-
TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO	-	-	TESOURO MUNICIPAL - RECURSO VINCULADO	-	-
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	-	-	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	-	-
PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	-	PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	-
INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	-	INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-	-
PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	-	-	PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS	-	-
PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	-	-	PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS	-	-
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	-	-	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	-	-
EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS A PAGAR	-	-	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	-	-
EMPENHOS LIQUIDADOS A PAGAR	-	-	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	-	-
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	-	-	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	-	-
OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	-	-	OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	-	-
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	-	-	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	-	-	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	-	-
Total (V) = (II+III+IV)	-	-	Total (X) = (VII+VIII+IX)	-	-

FONTE: Relatório do Sistema de Orçamento e Finanças - SOF e Lei Municipal 16.608/2016

Notas:
1. Não houve arrecadação orçamentária e despesa orçamentária até o mês de referência.

Mariana Jerusa de Oliveira Pacheco Contadora
CRC: nº 304.904 - 1SP
SMJ/CGM

Zulaiê Cobra Ribeiro Coordenadora do PROCON Paulista FMDC

 FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
jun/18

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo de (c-b)
Receitas Correntes (I)	105.280,00	105.280,00	-	105.280,00
Receita Patrimonial	4.000,00	4.000,00	-	4.000,00
Transferências Correntes	26.000,00	26.000,00	-	26.000,00
Outras Receitas Correntes	75.280,00	75.280,00	-	75.280,00
Receitas de Capital (II)	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	105.280,00	105.280,00	-	105.280,00
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	105.280,00	105.280,00	-	105.280,00
Déficit (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	105.280,00	105.280,00	-	105.280,00
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da dotação (j) = (f-i)
Despesas Correntes (VIII)	85.000,00	85.000,00	-	-	-	85.000,00
Outras Despesas Correntes	85.000,00	85.000,00	-	-	-	85.000,00
Despesas de Capital (IX)	6.180,00	6.180,00	-	-	-	6.180,00
Investimentos	6.180,00	6.180,00	-	-	-	6.180,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XII) = (VIII+IX+X)	91.180,00	91.180,00	-	-	-	91.180,00
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	91.180,00	91.180,00	-	-	-	91.180,00
Superávit (XIV)	14.100,00	14.100,00	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	105.280,00	105.280,00	-	-	-	105.280,00
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-

FONTE: Relatório do Sistema de Orçamento e Finanças - SOF e Lei Municipal 16.608/2016

Notas:
1. Não houve arrecadação orçamentária e despesa orçamentária até o mês de referência.

Mariana Jerusa de Oliveira Pacheco Contadora
CRC: nº 304.904 - 1SP
SMJ/CGM

Zulaiê Cobra Ribeiro Coordenadora do PROCON Paulista FMDC

OBJETO DO ADITAMENTO: Prorrogação pelo período de 12 (doze) meses a partir da data de 21 de julho de 2018.

PROCESSO: 2016-0.135.048-8

COORDENADORIA JURÍDICA – COJUR

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 002/2017 AO TERMO DE PARCERIA Nº 007/2016-SMS.G

CONVENIENTE: Prefeitura Municipal de São Paulo/ Fundo Municipal de Saúde, CNPJ: 13.864.377/0001-30

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO SAMARITANO, CNPJ: 60.544.244/0001-67

OBJETO DO ADITAMENTO: Prorrogar a Parceria pelo período de 12 meses a contar de 21/07/2018 e acrescentar ações no Plano de trabalho